

HOMOFOBIA E EDUCAÇÃO: POR UMA POLÍTICA DE DIFERENÇA NO CURRÍCULO

José Rafael Barbosa Rodrigues⁸
Rosiene Silva Corpes⁹
Genylton Odilon Rêgo da Rocha¹⁰

Resumo: O presente texto se insere na temática sobre currículo e sexualidade, tendo como objeto de estudo, o controle normativo do gênero e da sexualidade, frente às chamadas políticas de identidade. Desta forma, objetivamos fazer alguns apontamentos sobre o fenômeno da homofobia e sua relação com os processos identitários, provenientes de um discurso de diversidade em políticas públicas curriculares. Ao entendermos que a sexualidade é um artefato culturalmente produzido, podemos perceber que a homofobia serve como um instrumento de controle e vigilância de uma suposta “normalidade” da sexualidade. Na escola, através de um currículo escolar heteronormativo, as assimetrias de gênero e sexualidade são produzidas e reforçadas nas práticas cotidianas. Do ponto de vista teórico-metodológico, o arcabouço utilizado foi o Pós-estruturalismo e os Estudos Culturais pós-críticos. Consideramos que o currículo deve ir além da identidade e de um discurso de diversidade multicultural, apostamos em uma política de diferença para a educação. Desta forma, tanto as políticas públicas, quanto o currículo devem ir além de políticas de identidade, além do discurso de multiculturalismo liberal.

Palavras chave: Homofobia; Educação; Diferença.

Abstrat: Lopresente texto se incluyeenel tema delplan de estudios y lasexualidad, conel objeto de estudio, elcontrol normativo de género y lasexualidadenla cara de lasllamadas políticas de identidad. De esta manera, nuestro objetivo es haceralgunas notas sobre el fenómeno de la homofobia y surelaciónconlosprocesos de identidad, a partir de una diversidad de discursos enlas políticas curriculares. Para entender que lasexualidad es unartefacto cultural producido, nos damos cuenta de que la homofobia sirve como instrumento de control y vigilancia de una supuestasexualidad "normal". Enlaescuela, a través de unplan de estudiosheteronormativo, las desigualdades de género y lasexualidad se producen y refuerzanenlasprácticas cotidianas. Además de laidentidad y ladiversidad multicultural de expresión, apostamos por una diferencia de la política para laeducación. Por lo tanto, las políticas públicas y elplan de estudiosdeben ir más allá de las políticas de identidad, más alládel discurso del multiculturalismo liberal.

Palabras clave: Homofobia; Educación; Diferencia.

INTRODUÇÃO

Uma educação pautada por princípios da Diferença e ao mesmo tempo de alteridade, nos remete aos direitos sexuais e humanos inerentes a classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade e faixa etária, ou seja, uma prática educativa que esteja na frente de batalha contra o preconceito e a discriminação de qualquer espécie e, por esta razão, necessita

⁸ ¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Discente do Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica, do PPEB, UFPA. Membro do Grupo Diferença e Educação, DIFERE-UFPA. E-mail: rafaelrodrigues92@outlook.com

⁹ Pedagoga formada pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Discente do curso de Especialização “Escola que Protege”. Membro do grupo de estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão - INCLUDERE/ICED. E-mail: rosieneufpa20@gmail.com

¹⁰ Professor doutor associado II, do Instituto de Ciências da Educação (ICED) – Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB. E-mail: genylton@gmail.com

estar ancorada na concepção de que as diferenças são sócio-históricas e, portanto, produzidas historicamente, pela cultura e na cultura.

Segundo Junqueira (2010), o acontecimento da homofobia nos espaços escolares se caracteriza como um fenômeno produzido em uma cultura heteronormativa, onde somente as experiências humanas sexuais consideradas “normais” são legitimadas e reforçadas como aceitáveis. Neste espaço, crianças, jovens e adultos são institucionalizadas em um processo de governo do corpo, onde nas mais ingênuas atividades, os papéis sociais são forjados pelas teias do saber/poder, como nos mostrou o filósofo francês Michel Foucault (1984, 2005).

Neste sentido, entendemos o currículo escolar como uma política e uma prática cultural, o qual se destaca como um artefato historicamente produzido, com o poder regulador de criar e reproduzir marcas culturais, assimetrias, diferenças, e ao mesmo tempo formas de controlar e vigiar o corpo e a sexualidade, como a homofobia.

Observamos nos últimos anos a consolidação de uma agenda implementada por parte do Estado, no que diz respeito às políticas para o combate a homofobia, sobretudo, na área da educação, tendo a escola e o currículo como principal locus. A agenda anti-homofobia na educação, materializada pela implementação de políticas públicas curriculares e de formação de professores, ainda está marcada por uma lógica identitária e multicultural. A chamada “diversidade” sexual, proveniente de um discurso de “diversidade” cultural, ganha espaço nas políticas, e por esta razão, nas práticas culturais e no currículo.

Objetivamos nesta pesquisa além de refletir sobre os processos de hierarquizações de gênero e sexualidade na escola, problematizar o discurso de “diversidade” sexual no currículo para o enfrentamento da homofobia, na defesa de uma narrativa de Diferença para a educação, para além de políticas identitárias.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o presente texto se referenda nas análises Pós-críticas, usando como plano de fundo, o arcabouço teórico e analítico do Pós-estruturalismo e os Estudos Culturais, fundamentados nos estudos da Diferença. O ponto central a ser discutido, no que tange o referencial teórico e metodológico na presente pesquisa, é a percepção da necessidade e da possibilidade de uma política de Diferença em educação, em contraposição ao discurso de “diversidade” no currículo, percepção está estabelecida pelo Pós-estruturalismo, pelos Estudos Culturais e pelos estudos da

Diferença. Para o pensamento pós-estrutural, como afirma Peters (2000), a diferença é construída socialmente, a partir dos discursos e dos dispositivos linguísticos estabelecidos pelas estruturas sociais históricas, que consiste em diferir do comum, do normal, ou do natural o estranho e o diferente.

Hall (2009, p.123), aponta ainda que no trabalho intelectual com os Estudos Culturais, não pode haver pontos fixos, ou seja, pontos de partida consideradas como absolutos, pois, o mais importante, são as rupturas significativas, “em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas.

De forma geral, compreender que as políticas curriculares, o currículo, as práticas, o fazer pedagógico, são antes de tudo produzidos discursivamente na linguagem, orientam esta pesquisa. Acreditando que o discurso da diversidade sexual está pautado em uma lógica identitária e multicultural, é preciso desconfiar e problematizar este discurso, é preciso ir além de respeito e tolerância, é preciso descentrar a identidade (HALL, 2015).

Não pretendemos, porém, colocar sobre os ombros da Diferença a solução para as mazelas da educação, nem apresentar uma formulação salvacionista para estas questões. Não se trata também de apenas propor a substituição do termo “diversidade” para “diferença” nas políticas educacionais acreditando que é isso que irá mudar as formas pelas quais a heteronormatividade opera sobre os nossos corpos e mentes. Acreditamos antes de tudo, em uma outra forma, tanto política, quanto epistêmica de pensar as políticas, no papel do Estado, e na própria forma de ver e perceber os sujeitos, na sexualidade, no corpo e no currículo.

O artigo está dividido em quatro partes: na primeira, “Sexualidade e Homofobia: apontamentos conceituais” objetivamos fazer uma discussão conceitual sobre Homossexualidade e Homofobia, e sua relação com as normatizações de gênero e sexualidade. Em “Homofobia e Educação: as possibilidades de resistência”, fazemos um debate em torno da manifestação da Homofobia na escola, suas implicações no currículo escolar, e suas possibilidades de enfrentamento. No tópico “Para além da identidade: por uma narrativa de Diferença em políticas curriculares” trazemos para o debate algumas reflexões do pensamento da Diferença em educação, problematizando as políticas de identidade que tem se consolidado no campo curricular no Brasil. Por último, nas Considerações Finais, apontamos que, construir uma política curricular de enfrentamento da homofobia está além do discurso da diversidade sexual, da tolerância e do respeito e,

neste sentido, uma política de Diferença no campo curricular para a educação está para além do multiculturalismo liberal.

Sexualidade e Homofobia: apontamentos conceituais.

Ao falarmos sobre Homossexualidade e Homofobia, é inevitável relacionarmos esta discussão com as teorizações de sexualidade e poder. Neste sentido, inicialmente, destacamos as problematizações feitas por Foucault (1984), que denomina o que chamamos de sexualidade como um “dispositivo de sexualidade”. A sexualidade nesta perspectiva vai ser uma invenção historicamente produzida através do discurso e do controle sobre o corpo, produzida nas e pelas teias do poder/saber.

A gênese da homossexualidade e do sujeito homossexual segundo Louro (2009) tem origem no século XIX, sobretudo a partir da segunda metade. Neste momento da história, a sexualidade passou a ter um papel para o Estado e para os indivíduos, pois, ela, a partir daí, passava a ser definida. As transformações políticas, culturais e econômicas advindas da revolução burguesa e do processo de industrialização na Europa criaram condições para uma nova divisão sexual do trabalho. Também com a influência da repercussão de ideias de caráter feminista, os corpos, a sexualidade e a existência de mulheres e homens passaram a ser vistas de outras maneiras.

Em meio a todas as concepções de construção de identidade sexual, Sousa Filho (2009) traz um recorte teórico fundamental para a compreensão dos aspectos históricos evolutivos que também participaram da construção das “ideologias verdades” nas definições de gênero e sexualidade, por este motivo:

É importante ressaltar que, no longo processo de colonização do imaginário de nossas sociedades, ganhou força uma concepção que corresponderia a uma naturalização da sexualidade humana, cujo efeito mais destacado é ter criado a idéia segundo a qual a heterossexualidade seria inata (a natureza daria os exemplos em todas as espécies), sendo então natural e normal, e a homossexualidade seria uma tendência adquirida, nem natural nem normal. (SOUSA FILHO, 2009, p.99).

Neste sentido, a suposta “normalidade” estava relacionada com os regimes de verdade construídos historicamente (FOUCAUL, 2005), que por sua vez, tinham influência nas formas de ser/existir/pensar/estar frente à sociedade, e nos dispositivos culturais, de regulação do corpo e da sexualidade.

Segundo Fazano, Ribeiro e Prado (2011, p.2) “a homofobia se caracteriza por sentimentos de ódio, aversão e desprezo contra as representações sexuais que fogem ao modelo heterossexual”, esta concepção designa a ideia de preconceito e aversão a todos que não possuem as condutas heterossexuais estabelecidas pelo modelo de sociedade conservadora, tomando o sujeito a partir de um caráter neutro e passível de aceitações. De certa forma o rompimento das barreiras que aprisionam as ideologias sobre a questão da homossexualidade tende a indicar a descentralização domínio da visão heterossexual, por este motivo a tanta ênfase na criação de um sentimento de “horror” ou a homofobia propriamente dita, ideologia esta, que tende a atuar como um mecanismo de defesa na tentativa de manutenção doutrinaria.

A heteronormatividade é concomitante a todas as doutrinações impostas pela sociedade, ou seja, tudo o que se tem a ser seguido como comportamento normal. Portanto, podemos dizer que esta tendência heteronormativa é responsável pelas interferências sociais, nos mais diversos seguimentos receptivos ou repreensivos, quando nos reportamos ao preconceito e a discriminação, sofridas pelos sujeitos de orientação homossexual.

Borrillo (2009) tentaria simplificar este entendimento ao afirmar que homofobia é a atitude de hostilidade contra homossexuais. Contudo, ainda segundo o próprio autor, seria um equívoco reduzir esta problemática a um simples entendimento de intolerância, rejeição, ódio ou desrespeito contra gays e lésbicas, pois, “Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (BORRILLO, 2009, p.15). O termo homofobia teria sua origem nos Estados Unidos, sendo utilizado pela primeira vez em 1971, mas somente a partir de 1990 que este termo ganha significado nos dicionários europeus.

Para o autor, a homofobia, seria uma forma de inferiorização, resultante de uma hierarquização das sexualidades, que determina à heterossexualidade um status superior, em contraposição da homossexualidade, que é vista como uma anormalidade. Como exemplo disto, o autor afirma que a palavra “heterossexualidade” sequer aparece no dicionário de sinônimos, por outro lado, palavras como “androgamia, androfilia, homofilia, inversão, pederastia, pedofilia, socratismo, uranismo, androfobia, lesbianismo, safismo e tribadismo são propostos como equivalentes ao termo homossexualidade” (BORRILLO, 2009, p.17).

Ainda segundo Borrillo (2009), esta disposição linguística, implica na verdade, uma operação ideológica. O binarismo da diferença homo/hetero é usado como critério para postular um regime operante de sexualidades, onde apenas as experiências heterossexuais podem ser qualificadas como modelo social a ser seguido. Assim, o sexo biológico vai determinar um desejo sexual uno (o hétero) e um comportamento social (masculino/feminino). Desta forma, a homofobia servirá como um “cão de guarda” das fronteiras sexuais (hetero/homo) e do binarismo de gênero (masculino/feminino), tendo em vista que essa assimetria de gênero e sexualidade resguardam mecanismos de reprodução da ordem social. Entre outras palavras, Borrillo (2009, p.29) define a homofobia como:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma particular de sexismo, a homofobia renega igualmente todos aqueles que não se enquadram nos papéis determinados para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades, o que tem consequências políticas.

Neste sentido, percebemos como a homofobia se institucionalizou em uma prática cultural produzida através do discurso e da linguagem, de controle e hierarquização do gênero e da sexualidade, sob a égide da heterossexualidade, e por sua vez, compilada e reproduzida através da história nas teias do saber/poder. Os sujeitos homossexuais têm sido marginalizados por não se enquadrarem em uma normatividade heterogênea masculina. A escola, por sua vez, se destaca como um espaço de reprodução de práticas e posturas homofóbicas em seu cotidiano, pois, os que não se enquadram na régua normativa da sexualidade são marginalizados pelas práticas e pelo currículo. Por meio da pedagogia do insulto, as brincadeiras “[...]ora camuflam ora explicitam injúrias e insultos – jogos de poder que marcam a consciência, inscrevem-se no corpo e na memória da vítima e moldam suas relações com o mundo[...].” (JUNQUEIRA, 2010, p.3). Desta forma, o preconceito e a discriminação contra homossexuais, ainda para Junqueira (2010) são muitas vezes naturalizados e banalizados pelos próprios educadores, uma vez que, em algumas situações consideram-se estes casos de violência como brincadeiras e sem importância, colaborando assim para a reprodução destas práticas. E este será o foco do próximo tópico desta seção.

Homofobia e Educação: as possibilidades de resistência.

Não é das tarefas mais fáceis pensar uma “solução” para um fenômeno tão complexo quanto a homofobia, talvez pelo fato não haver uma resposta definitiva e completa para isto. Também não é nosso interesse, nem poderia ser, mostrar um caminho, como uma receita a ser seguida. Pensamos em ter um horizonte, onde a realidade não está dada, mas está em um processo histórico de transformações interruptas, uma premissa das mais importantes, diríamos indispensável, para pensar no objeto que nos debruçamos neste artigo.

O conceito do fenômeno da Homofobia, assim como as possibilidades de seu enfrentamento, se deslocam para campos diversos, polissêmicos, de diferentes interpretações, em diferentes campos do conhecimento, como a psicologia social, antropologia, sociologia, filosofia e educação (JUNQUEIRA, 2009). Nas políticas públicas, nas práticas sociais cotidianas consideradas mais banais, no currículo de uma escola, nas placas de identificação dos banheiros, nos discursos, na linguagem, em tudo isto, e mais um pouco, há a possibilidade e o desafio que nos confronta em desconstruir, problematizar, questionar as hierarquizações e o controle de gênero e sexualidade. O caráter primeiro deste desafio talvez seja o de mostrar a dicotomia da relação que se estabelece entre sexo-gênero-sexualidade, em especial foco aos processos identitários que gravitam sobre estes conceitos, e destacar o caráter histórico e cultural destes processos de identificação, controle e hierarquização, bem como a relação com o espaço escolar.

A educação, nos primeiros anos do novo século parece passar por transformações sem precedentes. O espaço escolar, historicamente tangenciado como campo de reprodução de estigmas sociais, entre estes, a homofobia, clama por novos olhares, novas práticas, novas perspectivas. Outras respostas são requeridas, pois, novas perguntas estão sendo constantemente sendo feitas. Contudo, não podemos, e nem devemos, negar o caráter histórico destas transformações.

Louro (2013) assinala que, apesar de nós educadoras e educadores, preferirmos andar por caminhos mais concretos, direções claras e sólidas, vivemos em tempos que já não é mais possível vender os olhos para os caminhos que nos circundam e nos confrontam cada vez mais, dia a dia. Caminhos estes que, no contexto da contemporaneidade, são marcados pelas ideias de incerteza e provisoriedade. Para a autora, em tempos pós-modernos, somos lançados constantemente a situações imprevisíveis e desestruturantes,

que nos desafiam e que nos forçam de uma maneira ou de outra a (re) pensar nossas práticas, e nossos lugares. Como afirma Louro (2013, p. 43).

Apesar disso, hoje são poucos os que se atrevem a negar que a instabilidade e a transitoriedade se transformam em “marcas” do nosso tempo. Já não é mais possível desprezar tais afirmações como se elas se constituíssem numa ladainha rezada por intelectuais pós-modernistas, uma espécie de mantra que tem o poder de desmobilizar e que, por isso, deve ser exorcizada do campo educacional.

Neste momento de transformações, a autora nos coloca a opção de, ao invés de tentar achar no passado alguma estabilidade, deve-se assumir de frente estes riscos e tensões “[...] admitir os paradoxos, as dúvidas, as contradições e, sem pretender lhes dar uma solução definitiva, ensaiar, em vez disso, respostas provisórias, múltiplas, localizadas.” (LOURO, 2013, p.44).

Segundo a autora, todo este movimento de instabilidade e desestruturação se deve a emergência de grupos sociais, historicamente silenciados, entre estes, os grupos de “minorias” sexuais como gays, lésbicas, bissexuais, transexuais. Louro (2013) nos ajuda a entender este processo: imaginemos que, ao longo dos anos, em um processo social, cultural e histórico, uma determinada identidade cultural tenha sido colocada no centro da cultura. Identidade esta que, atravessadas pelas relações de poder que são constantemente estabelecidas, no currículo, na escola, e na sociedade como um todo, representou os valores de uma hegemonia masculina, branca, cristã, ocidental, europeia, heterossexual, burguesa e de classe média. Agora imaginemos que, esta identidade privilegiada, justamente por estar no centro seja conduzida a um pedestal de “natural”, ou seja, que aquela identidade seria uma referência de uma suposta “normalidade”, e que todas as outras múltiplas identidades culturais de gênero, sexualidade, raça, nacionalidade e classe social fossem colocadas a margem dela, e por isso, marginalizadas (LOURO, 2013).

Neste cenário, outra política era e ainda é clamada. Política esta que, deve ser erguida sob o paradigma da pluralidade e da diferença, protagonizados por aqueles grupos que historicamente foram silenciados e marginalizados (LOURO, 2013). A partir deste movimento, com o “surgimento” de identidades culturais ditas “excêntricas”, a cultura passou a ser reconhecida como “complexa, múltipla, desarmônica, descontínua” (LOURO, 2013, p. 44).

Ainda para Louro (2013), a intenção deste movimento, que antes de tudo era político, não era de apenas inverter este processo, onde o centro ganha um caráter “natural”, em detrimento de outras posições de margem. A grande questão é demonstrar que, tanto centro quanto margem, são ali ou aqui colocados em um processo histórico e cultural, ou seja, uma ficção, uma invenção que, sempre permeada pelas relações de poder, eram estabelecidas e fixadas.

Ao nos reportarmos à desconstrução de hierarquias de gênero e de sexualidade, este cenário é de suma importância para pensarmos uma política para o enfrentamento e a resistência a homofobia na escola. Tencionar, desestruturar, colocar em cheque, questionar, desnaturalizar, enfrentar esta suposta “normalidade” da heterossexualidade é um caminho que precisa ser conduzido pelas políticas públicas, mas também, pelas práticas cotidianas em sala de aula, assim como do currículo. Mostrar o caráter histórico destes processos é primordial. É necessário compreender que as relações de gênero e de sexualidade que se estabelecem, não são movimentos naturais, mas que são construídos pela cultura e na cultura, desta forma, não há possibilidade legítima ou normal de se vivenciá-las.

Pelúcio (2014), aponta que, pensar gênero significa compreender que ele se trata de uma categoria construída social e culturalmente, que tem marcas históricas, e que apesar de estar relacionado com o corpo, e com as possibilidades de vivenciá-lo, gênero não pode ser posto na dimensão biológica ou natural, pois, até mesmo os corpos, para adquirirem seus sentidos e significados, precisam ser lidos a partir da cultura e do contexto histórico no qual se encontra.

Desta forma, o gênero, ou melhor, as relações de gênero, são plurais. Ou seja, pensar em gênero é pensar o que seja considerado como masculinidades (ser homem) e feminilidades (ser mulher), como relações de poder que se estabelecem cultural e historicamente entre homens e mulheres, apesar da categoria gênero não se limitar ao binarismo masculino/feminino, homem/mulher (PELÚCIO, 2014). A autora alerta que falar de gênero pelo viés essencialista é se limitar ao sexo genital, e por isto, acabamos tomando-o como o delimitador de nossas experiências e formas de viver, ser, existir, desejar.

Por outro lado, ao fazermos uma leitura construcionista (gênero como construção social), temos a possibilidade de ler o gênero como um símbolo que se circunscreve sob os nossos corpos, símbolos estes que só fazem significado em um determinado contexto

social, político, cultural e histórico. Ao fazer isto, segundo a autora, estamos desnaturalizando, desessencializando, como afirma Pelúcio (2014, p.100),

Desnaturalizar é pensar que gênero, esta marca fundamental da nossa existência, não é um dado biológico e pronto, mas varia de sociedade, ao longo da história, e só pode ser entendido na sua dimensão política, sim, política porque tem a ver com relações de poder: quem manda, quem obedece, o que é verdade, o que não é.

Balieiro e Risk (2014, p. 149), ao questionarem a si mesmos sobre “como abordar o tópico da sexualidade no espaço escolar?”, argumentam que, apesar da aparência e do sentimento de neutralidade da escola em tematizar este assunto, toda a dinâmica, desde as práticas pedagógicas, o currículo, até as relações que se estabelecem entre os alunos e entre professores e alunos, está direta ou indiretamente permeada pela sexualidade e seus desdobramentos. Para os autores, a escola é ainda um locus de “demandas sociais”, baseadas em uma pedagogia de invisibilidade, e que quase exclusivamente, imprime a masculinidade e a heterossexualidade como possibilidades únicas de vivenciar as múltiplas experiências de ser/existir, viver, estar. Apesar disto, os autores conclamam as/os educadoras/es para questionar esta realidade e buscar práticas diversas para lidar com estes processos.

Ao propor uma pedagogia questionadora e democrática, Balieiro e Risk (2014) apontam que é possível e necessário promovermos estratégias pedagógicas que visam tencionar, problematizar, e modificar os padrões e normas vigentes nos espaços educativos, como a escola. Ou seja, é possível desconstruir hierarquizações de gênero e de sexualidade.

Os autores citam que um dos momentos onde a invisibilidade é produzida, por exemplo, é na forma como os arranjos familiares são representados nas atividades escolares, como as atividades referentes ao dia das mães, e ao dia dos pais. Quase que compulsoriamente, representa-se que a única forma de arranjo é aquele modelo de família tradicional, nuclear e burguesa, composta por pai, mãe e filhos (BALIEIRO; RISK, 2014).

Outro desafio posto, argumentado pelos autores, é o de como os/as professores/as tratam das questões relativas a homossexualidade em sala de aula. Mesmo com as melhores intenções, os/as docentes podem acabar reproduzindo práticas que tendem a fazer “diagnósticos” sobre os alunos, pela forma como se comportam em relação ao gênero e/ou orientação sexual, ou seja, quando não se adequam ao papel que lhe é correspondido pelo sexo biológico, de menino ou menina. Quando isto ocorre, a

homossexualidade pode acabar sendo compreendida pelo senso comum, ou seja, pode ser vista como uma natureza, e não como uma construção social, cultural e histórica, como afirmam Baleiro e Risk (2014, p.192):

A concepção de uma “natureza” homossexual reitera sua origem: a psiquiatria do século XIX, que “inventava” então a homossexualidade como patologia e como “inversão de gênero”, passando por cima da multiplicidade de formas identitárias existentes, da maneira pela qual as pessoas manifestam suas relações afetivas e se compreendem a partir dos atributos da masculinidade e feminilidade.

Ainda para Baleiro e Risk (2014, p.193), é possível romper com o silêncio e com o estado estático ao abrirmos as possibilidades de reflexões que questionam “[...] e que podem servir para alargar as formas de pensar para além dos binarismos normativos”. Os autores apontam que o esforço a ser feito se configura em apontar para as críticas que podem ser tecidas dos processos que tendem a normalizar e definir identidades consideradas adequadas ou não.

Desconstruir hierarquizações de gênero e sexualidade nos parece como uma prática que se mostra indispensável para o desafio de problematizar a homofobia. Parece-nos claro, nesse sentido, deslocar o conceito de homofobia para uma planificação maior daquela apontada pela etimologia da palavra. Homofobia, neste entendimento, será enviesado pelas práticas de controle da sexualidade e pela hierarquização desta.

Junqueira (2009) aponta que, o cada vez mais frequente uso do termo homofobia e dos significados que podem dele se valer, pelos mais variados setores da sociedade, sugere um crescimento por parte destes setores em lidar com este fenômeno de forma crítica, assim como, com as práticas de teor homofóbico. E por esta razão, faz crescer também, uma maior responsabilidade das instituições como a escola e de seu papel na reprodução e na problematização destes desafios. Da mesma forma, o autor nos leva a pensar sobre as potencialidades e limites das abordagens, percepções e juízos que gravitam em torno do fenômeno.

Junqueira (2009), ao propor uma política de resistência à homofobia, aponta que esta política perpassa pela adesão de uma visão em torno da cultura dos direitos e, necessariamente, que faça alusão ao diálogo na perspectiva do avanço dos direitos sexuais. A sexualidade precisa ser pensada por pressupostos de pluralidade e diferença, agindo para a promoção de uma cultura de reconhecimento e legitimação de diferença sexual. Podendo, com isso, enfrentar as hierarquizações e estigmas que gravitam em seu entorno.

Para a construção de uma escola verdadeiramente heterogênea, justa e igualitária, é necessário a identificação e o enfrentamento das dificuldades historicamente estabelecidas para uma educação pautada nos preceitos dos direitos humanos. Em especial, é necessário problematizar, subverter e desconstruir as práticas homofóbicas e suas interfaces, como afirma Junqueira (2009, p. 13).

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação.

O autor chama a atenção ainda para um fato muito importante. Segundo ele, precisamos colocar em suspensão as boas intenções no que se refere à prática pedagógica. Intervenções centradas em uma boa intenção escondem perigos na medida em que estas “boas intenções”, na verdade servem apenas para reproduzir o quadro de opressão no qual nos encontramos. Sem perceber, muitas vezes, “[...] colocamos nossas boas intenções e nossa confiança em uma educação a serviço de um sistema sexista e heterossexista de dominação que deve justamente a essas intenções e confiança uma parte significativa de seu poder de conservação” (JUNQUEIRA, 2009, p. 14).

Ainda segundo Junqueira (2009), desde Bourdieu e Passeron, os estudos acerca do papel da escola como uma instituição transformadora e revolucionária, tem sido desmitificados e reelaborados. Somos testemunhas de que a escola não está limitada a apenas transmitir, transferir ou construir o conhecimento. Para o autor, neste processo, a escola se assume como uma instituição de reprodução de padrões sociais “[...] perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação (JUNQUEIRA, 2009, p. 14). Neste sentido, para o autor, perceber e reconhecer que a escola e a educação se constituíram historicamente como instituições disciplinadoras e normatizadoras, é um passo central e decisivo para a resistência, problematização e desconstrução da homofobia.

Como percebemos, os caminhos que nos mobilizam para as possibilidades de enfrentar ou resistir a homofobia no espaço escolar, apontam para a tarefa inadiável de problematizar, tencionar, estranhar, duvidar dos “dados” da natureza, presentes muitas vezes no discurso e nas práticas. Compreender que gênero e sexualidade são marcadores

sociais culturalmente produzidos, e que seus significados estão relacionados e só fazem sentido com um determinado conceito histórico são indispensáveis para estes desafios. Desnaturalizar e desconstruir o controle e as hierarquias de gênero e sexualidade argumentam que é preciso apostar em uma política que vá além do conceito inerte de diversidade, para uma política de diferença, que transforme as nossas práticas, discursos, e em especial, as relações que se estabelecem a partir delas.

Neste sentido, um projeto societário, um projeto educacional, um currículo e uma prática educativa que esteja ancorada em uma política cultural, que vá além da rasteira concepção de “respeito e tolerância a diversidade” é fundamental. O desafio que nos confronta neste sentido é de como construir uma prática educativa e de um currículo verdadeiramente tributários ao reconhecimento e legitimação da diferença, da pluralidade e dos direitos humanos e sexuais. Esta será a discussão central do próximo tópico.

Para além da Identidade: Por uma narrativa de Diferença em Políticas de Currículo.

Para além da diversidade?!

Acreditando que é no currículo e pelo currículo que as lutas em torno da “fabricação” de identidades culturais, nas chamadas “políticas de identidade” são historicamente forjadas, nos cabe nesse momento, problematizar discurso de diversidade que vem alimentando as políticas públicas curriculares, voltadas para a educação, e desta forma, o fazer pedagógico em sala de aula.

No contexto da contemporaneidade, a criação e implementação de políticas públicas educacionais, em especial, as políticas curriculares, passaram por mudanças que envolvem um novo contexto político e social da cultura. A chamada ‘diversidade’ (sexual, cultural, religiosa, racial, étnica) emerge nas políticas educacionais implementadas pelo Estado do bem-estar social, a partir das orientações de agências multilaterais como a UNESCO, UNICEF, e BANCO MUNDIAL, e como resposta as demandas políticas das chamadas “minorias” culturais.

Em suas análises sobre o surgimento do uso do conceito de “diversidade” nas políticas educacionais brasileiras, Rodrigues (2011), afirma que entre os anos 1940 e 1980, surgem novos paradigmas de sociedade, em contraposição ao modelo de nação/identidade nacional herdeira do século XIX. O Estado, segundo a autora, neste novo paradigma, em especial com as reformas constitucionais na América Latina, ganha

uma caracterização diferente em relação ao seu papel, e passa a assumir responsabilidades com o chamado multiculturalismo, e multirracismo. Já a partir dos anos 1990, com a eleição de Collor de Melo, e continuada no governo FHC, o Estado brasileiro passa a assumir uma face liberal em seus discursos e práticas. Neste contexto, as reformas na educação, saúde, direitos trabalhistas, tencionam para uma ruptura entre a gestão da economia, com as políticas sociais, ou seja, o Estado mínimo, que não interfere no mercado, passando a gestão das políticas sociais para os agentes não governamentais (RODRIGUES, 2011).

Este cenário político, ainda segundo Rodrigues (2011), ganha a atenção dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), mobilizadas pelo significativo fenômeno de “afirmação” de identidades, sobretudo nas sociedades colonizadas pela Europa, estas agências internacionais, através de suas orientações, resoluções, documentos, passam a disseminar um discurso de “diversidade” cultural. É importante ressaltar que no contexto do Estado neoliberal, estas orientações passaram a ser assumidas pelo governo, implementando esta lógica nas políticas sociais brasileiras, em especial, nas curriculares. Este cenário se materializa desde os anos 1990, contudo, é a partir do governo Lula da Silva, que este discurso ganha mais substância na aplicação de políticas para a “diversidade”, como afirma Rodrigues (2011, p. 131).

Da Constituição Federal de 1988 ao atual governo, mas, sobretudo a partir de 2003, nos deparamos com diferentes utilizações e espaços destinados à diversidade. São exemplos, na educação: o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que elegeram a “pluralidade cultural” como um de seus temas transversais, o Referencial e os Parâmetros Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, assim como os Programas Diversidade na Universidade, Educação para a diversidade e cidadania e Educação Inclusiva: direito à diversidade da Secretaria de Educação Especial.

As políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da homofobia, especialmente, as educacionais as quais assumem o discurso de “diversidade sexual” em suas ações e estratégias. Poderíamos destacar aqui o Programa Federal Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, com estratégias direcionadas para vários campos de atuação, inclusive para a educação. No bojo desta política surgem outros programas e ações como o Programa Gênero e Diversidade na Escola, lançado em 2006, programa Saúde e Prevenção na Escola, lançado em 2006, programa Escola Sem Homofobia (ironicamente apelidado de Kit Gay), lançado em 2009. Não é possível, neste momento, nos alongamos

muito no conteúdo destes programas, por falta de espaço e tempo, no entanto, é imprescindível estar ciente deste cenário para compreender as análises que seguem.

Cabe-nos, então, problematizar este discurso de “diversidade sexual” assumido na política nacional de enfrentamento da homofobia. Não pretendemos, porém, fazer juízo rasteiro. Objetivamos problematizar este discurso, pondo ele sob desconfiança, e, a partir dele pensar na política e na prática de resistência da homofobia na escola e no currículo, pensar na identidade, porém, almejando a diferença.

Hall (2015), ao discursar sobre a “crise de identidade” do sujeito moderno, argumenta que as “antigas” identidades que por muito tempo estiveram aí, estão em declínio. Para o autor, na modernidade, o sujeito tem passado por um processo que ele denomina de “descentração”, isto é, as identidades estão sendo colocadas a prova, na medida em que são deslocadas e fragmentadas. O sujeito herdeiro da tradição iluminista, que era baseada em uma concepção de sujeito racional, centrado “cujo o “centro” consistia num núcleo interior” (HALL, 2015, p.10), dá lugar a um sujeito que, segundo o autor, está além de uma identidade centrada, uma, fixa.

Apesar disto, na sociedade da modernidade líquida, onde as identidades (mesmo aquelas historicamente marginalizadas), não possuem um ponto fixo, uma solidez, um núcleo essencial, a afirmação de supostas identidades culturais, que reproduzem a lógica da identidade centrada, ainda se faz presente no currículo e nas políticas de currículo para a educação. Nos cabe a tarefa de analisar este cenário, não na tentativa de “combater”, denunciar, resistir, porém, de problematizar.

Lopes e Macedo (2011), nos alertam que as políticas curriculares, o currículo em si, bem como as políticas de identidade contidas nele, são um campo para se pensar na Diferença, para além da identidade e da diversidade. Para as autoras, as recentes reivindicações dos movimentos identitários como o movimento negro, indígena, feminista e LGBTTT, vem já há algum tempo, clamando por outras maneiras de se perceber as hierarquizações destas identidades. Contudo, nos alertam também que estas constantes reivindicações destes movimentos por políticas de identidade, são estabelecidos a partir de pontos fixos, pertencimentos, e muitas vezes, por discursos essencializados. É neste bojo que as políticas de diversidade sexual, por exemplo, estão ancoradas no discurso de combate a homofobia, onde é necessária uma narrativa de “múltiplas” identidades, onde as identidades são diversas, plurais, porém, finitas, fixas, controladas. As autoras propõem

que tanto nas políticas curriculares, quanto nas políticas de identidade do currículo, é preciso ir além da identidade, como afirmam:

Paradoxalmente, no entanto, uma política curricular mais plural não significa uma política em que a diferença está mais presente. Diversidade não é o mesmo que diferença, na leitura pós-estrutural que estamos propondo: o diverso é, na verdade, outra manifestação do mesmo (LOPES; MACEDO, 2011, p.226).

No mesmo espírito, Silva (2014), ao propor uma pedagogia como Diferença, afirma que não é coerente pensar uma educação sob a égide de um multiculturalismo que parte de uma lógica de respeito e tolerância com o diferente. Para o autor, estes “nobres” sentimentos impedem que vejamos o processo de produção da identidade e da diferença como processos históricos, sociais e que parte, na verdade, das relações de poder.

Para Baleiro e Risk (2014), para além de uma política de diversidade, é preciso apostar em uma política de diferença, pois, a ideia de diversidade tende a afastar o conflito e a divergência em nome de uma suposta conciliação. Ao contrário, a diferença nos convida a uma percepção de transformação nas práticas e nos discursos que objetivam redefinir nossos papéis nestes jogos, que percebem o “outro” como nós mesmo. Da mesma forma, Abramowicz et al (2011), ao discutir sobre a relação dos conceitos de diferença e diversidade e como estes estão figurados nas políticas públicas educacionais contemporâneas, argumenta que o manto da diversidade advoga a favor da identidade, e do reconhecimento desta, sob a égide da tolerância, forma esta que não problematiza as hierarquias estabelecidas historicamente, mas tenta apaziguá-las.

Paraíso (2010), neste encontro, argumenta que é preciso dar um “adeus” à identidade, na pretensão de um currículo e de uma política e uma prática cultural que vibre, dance e pulse. Dar adeus à identidade, segundo a autora, é apostar em pretensões de Diferença, é apostar em outras práticas e discursos para a sexualidade. Sobre o que seja esta Diferença, concordamos com Gallo (s/d), quando acha possível pensar em uma educação, um currículo, e uma política cultural da Diferença, no sentido Nietzsche-Deleuziano de ser, uma educação anarquista. Assim como para Costa (2012), que argumenta que, no contexto da contemporaneidade, o pensamento da Diferença é um dos campos mais férteis para pensar a educação, para além dos modelos hegemônicos historicamente produzidos de ser e saber. Para a autora, o pensamento da diferença em Nietzsche nos convida a fazer uma leitura crítica visando a destituição de padrões e normas a serem seguidas, e dadas como naturais, como verdades absolutas. É inevitável na perspectiva

Nietzschiana a destituição, ou seja, a problematização/desconstrução/suspensão das normas e valores instituídos

Não se trata, porém, de acreditar em uma nulidade das experiências humanas históricas ou de ignorar de onde e como viemos até aqui. Trata-se, antes de tudo, de articular uma política que não esteja centrada na essência da identidade, mas que vá além desta.

De forma geral, analisar o discurso de “diversidade sexual” em públicas curriculares, sob ferramentas analíticas da teoria Pós-crítica, é desconfiar de processos identitários provenientes de um multiculturalismo liberal impregnado nas políticas públicas educacionais contemporâneas, é apostar em um currículo como política e prática cultural de diferença sexual, para todos, e não apenas para alguns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, nos primeiros anos do novo século, parece passar por transformações sem precedentes. O espaço escolar, historicamente tangenciado como campo de reprodução de estigmas sociais, entre estes, a homofobia, clama por novos olhares, novas práticas, novas perspectivas. Os cânones antes vistos como insubstituíveis, são colocados, agora, em cheque. Outras respostas são requeridas, pois, novas perguntas estão constantemente sendo feitas. Uma nova política cultural é necessária.

Apontamos neste artigo as confluências entre currículo, sexualidade, corpo, educação e políticas públicas. A homofobia, nos últimos anos, se tornou um fenômeno que mobiliza e tenciona a ação de movimentos sócias, da mídia, da sociedade e do Estado. A questão da diversidade sexual ganha materialidade nas políticas públicas educacionais e nos currículos escolares, ordenando e reordenando as práticas e políticas culturais em torno da resistência da homofobia na escola. Apontamos também que uma política de resistência a homofobia perpassa por uma narrativa pautada na Diferença, nos direitos sexuais e humanos. Desta forma, uma política de currículo tributária à Diferença está além do multiculturalismo liberal, está além da diversidade, está além de respeito e tolerância.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. p. 85-97.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; RISK, Eduardo Name. Escola e Sexualidade: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JUNIOR, Jorge. Diferenças na Educação: outros aprendizados. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 149-198.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: Letras Livres :EdUnB, 2009.

COSTA, Gilcilene Dias da. Nietzsche e a Linguagem Extramoral. Artíficos, Belém, v. 2, n. 3, p.1-21, ago. 2012.

FAZANO, L. C; RIBEIRO, A. I. M; PRADO, V. M. Homofobia na escola: o discurso indiferente ao aluno diferente. Revista de Psicologia da UNESP 10(2), 2011.

Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/226/255>. Acesso em: 27/04/2015.

FOUCAULT. História da sexualidade I. A vontade de saber. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Editora Graal, Rio de Janeiro, 21ªed. 2005.

GALLO, Silvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf>. Acessado em: 24/08/2015. às: 17:00h.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2009.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Stuart Hall; tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, R. D. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo Heteronormativo e Cotidiano Escolar Homofóbico. Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 2, n. 2, p.208-230, mar. 2010.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: Rogério Diniz Junqueira, (org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. 10. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARAÍSO, M. A. Diferença No Currículo. Cadernos de Pesquisa. v.40, n.140, p. 587-604, maio/ago. 2010.

PETERS, Michael. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença; Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PELÚCIO, Larissa. Desfazendo o genero. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JUNIOR, Jorge. Diferenças na Educação: outros aprendizados. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 98-146.

RODRIGUES, Tatiane C. A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas. (Tese Doutorado em Educação) UFSCar, 2011.

SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: Rogério Diniz Junqueira, (org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.